

Guaraciaba
Transmissora de
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro de
2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatória	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatória	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, com as principais informações relativas ao exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas e elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os pronunciamentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e clientes.

EXERCÍCIO 2020

1. Perfil da Companhia

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia. A Companhia sagrou-se vencedora do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012. O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. A RAP ajustada para o ciclo de 2020/2021 é de aproximadamente R\$ 99 milhões.

2. Gestão

A atuação da Administração busca a eficiência nas operações, na segurança de todos os envolvidos, na responsabilidade social, na maximização da rentabilidade das acionistas e em sustentabilidade econômica.

3. Governança Corporativa

A Companhia tem como órgãos de administração a Diretoria e o Conselho de Administração, sendo este último o órgão máximo de Governança, apoiado pelo Conselho Fiscal em assuntos de sua competência. A Companhia contratou consultoria especializada para levantamento de riscos no nível corporativo, cujo objetivo é a estruturação de um ERM (Enterprise Risk Management) com vistas a continuamente identificar e monitorar os riscos à consecução dos objetivos do negócio., Os resultados foram entregues em 2020 e estão sendo avaliados em linha com realidade da companhia.

4. Desempenho Operacional

Desde 2019 a Companhia assumiu integralmente as atividades de Operação e Manutenção (O&M), com o objetivo de maximizar a sua eficiência operacional mantendo apenas terceirizado o Centro de Operações – COS cujo serviço é prestado pela Itumbiara Transmissora de Energia, subsidiária integral da acionista State Grid Brasil Holding.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2020, a Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 105,6 milhões, aumento de 9,58% em relação a 2019 decorrente, principalmente, do reajuste da Receita Anual Permitida.

As Deduções da Receita Operacional atingiram R\$ 15,6 milhões em 2020, um aumento de 6,6% em relação ao ano de 2019, afetada, principalmente pelo aumento da Receita Anual Permitida e das taxas regulatórias proporcionais.

A Receita Operacional Líquida em 2020 atingiu R\$ 90,0 milhões, impactada principalmente pelo reajuste da Receita Anual Permitida, um acréscimo de 10,09% em relação ao valor de 2019, que foi de R\$ 81,7 milhões.

As despesas administrativas e os custos de O&M em 2020, alcançaram R\$ 8,4 milhões, uma queda de 71,1% em relação aos R\$ 29,1 milhões de 2019 devido ao período de assunção das atividades de O&M, além de eventos não recorrentes que impactaram o resultado em 2019.

O resultado financeiro negativo atingiu R\$ 38,9 milhões em 2020 frente a R\$ 42,5 milhões registrados em 2019. A variação reflete, principalmente, os juros dos contratos de empréstimos e debêntures.

O imposto de renda e contribuição social foram de R\$ 2,1 milhões em 2020. A alíquota efetiva do imposto corrente de 2020 foi de 3,0%.

O Lucro Líquido em 2020 totalizou R\$ 6,7 milhões, um acréscimo de 167,28% em relação ao prejuízo de 2019 de R\$ 9,9 milhões.

O EBITDA de 2020, foi de R\$ 81,6 milhões e margem de 90,6% um aumento de 55,0% em relação ao EBITDA de 2019, que atingiu R\$ 52,6 milhões, principalmente, pela queda na despesa com operação e manutenção.

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2020 somou R\$ 475,5 milhões, uma queda de 3,8% em relação ao final de 2019, quando registrou R\$ 494,4 milhões, considerando o empréstimo com BNDES e a Segunda Emissão de Debêntures, ambos em fase de amortização.

6. Investimentos

Os investimentos da Companhia têm como objetivo principal o aumento de sua eficiência operacional, seja para os investimentos em P&D realizados em conformidade com a política regulatória do setor, seja para investimentos em melhorias.

Os investimentos em programas de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL são feitos de acordo com a legislação vigente. Foi concluída a primeira fase de um projeto em parceria com a COPEE – UFRJ sobre chaves seccionadoras seguras e está em andamento o desenvolvimento de um robô de monitoramento de Subestações com o LACTEC, do Paraná. O investimento já realizado chega a R\$ 920 mil.

7. Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício de 2020.

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 30/04/2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

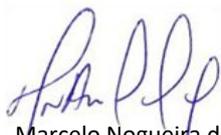
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	9	25.565	44.805
Concessionária e permissionária	10	10.984	8.595
Impostos a recuperar		785	291
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		379	4.632
Caixa restrito	11	32.726	818
Almoxarifado Operacional	12	8.189	6.528
Outros ativos circulantes		6.779	9.201
Total do ativo circulante		85.407	74.870
NÃO CIRCULANTE			
Caixa restrito	11	22.975	17.394
Tributos diferidos	20	86.938	87.575
Imobilizado líquido	13	1.040.544	1.068.838
Intangível	14	20.812	20.777
Total do ativo não circulante		1.171.269	1.194.584
TOTAL DO ATIVO		1.256.676	1.269.454
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	18.144	16.336
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	350	-
Impostos e contribuições sociais	16	1.428	1.160
Empréstimos e financiamentos	17	25.321	23.136
Debêntures	18	3.421	9.966
Obrigações sociais e trabalhistas		665	451
Dividendos a pagar	21.c	29.808	33.005
Passivos financeiros setoriais		1.600	1.725
Outros passivos circulantes		2.124	1.792
Total do passivo circulante		82.861	87.571
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	17	326.276	351.757
Debêntures	18	120.525	109.596
Outros passivos		-	5.198
Passivo contingente	19	5.576	3.760
Total do passivo não circulante		452.377	470.311
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.a	733.832	733.832
Reserva legal	21.b	9.547	7.366
Prejuízos acumulados		(21.941)	(29.626)
Total do patrimônio líquido		721.438	711.572
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.256.676	1.269.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita de Operações com Transmissão de Energia		105.620	96.383
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Encargos setoriais		(5.502)	(5.404)
PIS		(1.797)	(1.640)
Cofins		(8.279)	(7.552)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	90.042	81.787
Despesas de operação e manutenção - O&M	23	(7.274)	(3.652)
Gastos operacionais		-	(16.884)
Lucro bruto		82.768	61.251
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(3.546)	(3.240)
Serviços de terceiros		(1.468)	(4.844)
Reversão de contingências	19	3.306	-
Depreciação		(33.946)	(33.909)
Outros		560	(517)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		47.674	18.741
RECEITAS FINANCEIRAS	24	1.637	4.363
DESPESAS FINANCEIRAS	24	(40.520)	(46.911)
Despesas financeiras líquidas		(38.883)	(42.548)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.791	(23.807)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20	(2.122)	13.894
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		6.669	(9.913)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	6.669	(9.913)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>6.669</u>	<u>(9.913)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros		Total
		Legal	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	803.832	5.131	(6.860)	802.103
Redução de capital	(70.000)	-	-	(70.000)
Prejuízo do exercício	-	-	(9.913)	(9.913)
Constituição de reserva legal societária	-	2.235	(2.235)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societários	-	-	(10.618)	(10.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	733.832	7.366	(29.626)	711.572
Reversão de Dividendos não reclamados	-	-	13.554	13.554
Lucro do exercício	-	-	6.669	6.669
Constituição de reserva legal societária	-	2.181	(2.181)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societários	-	-	(10.357)	(10.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	733.832	9.547	(21.941)	721.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo antes dos imposto de renda e da contribuição social	8.791	(23.807)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	33.946	33.909
Juros de empréstimos e debêntures e custos de transação	40.117	45.385
Provisão (reversão) Contingencia	(3.382)	3.563
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(2.389)	1.618
Impostos a recuperar	(494)	1.227
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	4.253	(5.726)
Almoxarifado Operacional	(1.661)	(1.387)
Outros ativos	2.442	(5.656)
Fornecedores	1.808	6.708
Impostos e contribuições sociais	267	(1.437)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(34)	2.866
Salários e encargos	214	139
Encargos setoriais	(125)	616
Outros passivos	332	110
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	84.065	58.128
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(1.100)	(3.887)
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(34.690)	(39.603)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	48.275	14.639
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa restrito	(37.490)	(2.528)
Imobilizado	(5.648)	(1.979)
Intangível	(38)	(115)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(43.176)	(4.622)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de empréstimos e debêntures	(24.339)	(21.402)
Dividendos pagos	-	(10.000)
Redução de capital	-	(70.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(24.339)	(21.402)
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(19.240)	(91.386)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.805	136.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.565	44.805
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(19.240)	(91.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão, no valor de R\$ 73.080 mil, é reajustada de tempos em tempos, tendo sido o último reajuste em julho de 2020, quando a RAP passou a R\$ 98.867 mil.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

d. Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)

(i) Contexto Geral

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à disrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a superação da recessão econômica.

(ii) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL

No Brasil, o Governo Federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas e demais setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação de uma potencial crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e conseqüentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Por meio da análise dos índices de inadimplência da Companhia, é possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento pode expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista a proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Uma das medidas de liquidez anunciadas pela ANEEL com impacto direto sobre o segmento de transmissão, é a utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo. Neste sentido, em 20 de abril de 2020, por meio do Despacho nº 1.106, fundamentado pela Nota Técnica nº 42/2020-SRT/SGT/ANEEL a ANEEL autorizou o ONS a deduzir os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica (EUST-RB), do segmento consumo, aos quais foram estabelecidos na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) dos meses de abril, maio e junho de 2020.

A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2020/2021, que iniciou-se em 1º de julho de 2020. A redução dos encargos dos meses de abril, maio e junho de 2020, aliviou os custos de transmissão para o segmento de consumo e contribuiu para evitar inadimplências no segmento de transmissão. Porém, embora essa medida tenha impactado de imediato o fluxo de caixa da Companhia, não gera efeitos econômicos, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021. Além disso, a posição de caixa da Companhia até a presente data não sofreu impacto relevante derivado da antecipação da Parcela de Ajuste, estando em patamares próximos àqueles considerados no cenário-base, conforme apresentado no exercício de 2020..

(iii) *Medidas adotadas pela Companhia*

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

a. Ações com foco em suas atividades e pessoas

A Companhia definiram as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi distribuído entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabe destacar as seguintes:

- Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades;
- Fornecimento de luva para todas as localidades;
- Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade;
- Orientação de isolamento as equipes de Linha de Transmissão após as atividades;
- Realização DDS sobre COVID-19 com a equipe de Linha de Transmissão em atividade;
- Medição de temperatura para acompanhamento do estado de saúde;
- Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho;
- Utilização de banco de horas e férias individuais;
- Readequação das escalas de trabalho: As escalas de permanência em alojamento foram estendidas para 12 dias em alojamento seguidos por 12 dias de descanso como forma de reduzir a circulação de empregados, aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes;
- Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar;
- Contato com os prestadores de serviço alocados em nossas subestações para acompanhar os procedimentos realizados em período de COVID-19;
- Comunicados semanais de orientações contra o COVID-19;
- Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Redução do trânsito de pessoas nas instalações das empresas.

Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações:

- Fornecimento de máscaras com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e em locais estratégicos do escritório;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Medição de temperatura para acompanhamento do estado de saúde;
- Adoção do trabalho em home office a partir de 16.03.2020;
- Adotada a prática de reuniões diárias por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis;
- Comunicados semanais de orientações contra o COVID-19;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Redução do trânsito de pessoas nas instalações das empresas

b. Ações com foco econômico-financeiro

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 6 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data.

A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possam ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada.

Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado.

Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, a Companhia adotaram as seguintes ações:

- Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020.

(iv) *Impacto nas Demonstrações contábeis regulatórias*

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, considerando o quanto verificado nos últimos 90 dias, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de assinatura deste memorando não havia variação significativa no índice de inadimplência e esta se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCE ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), tendo ainda em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico.

Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade de a Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2021.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos

financeiros. A nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. Interpretações divergentes dos regulamentos tributários, pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 19.

6 Base de mensuração

As Demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Demonstrações contábeis regulatórias .

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Imobilizado

7.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

7.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

7.5 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

7.6 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.7 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.8 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.9 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

7.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.10.1 *Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, como reflexo das incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.10.2 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações contábeis regulatórias e os usados para

fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.11 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.12 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um Ativo de contrato quando e se os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando e se a Companhia vier a transferir os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um Ativo de contrato em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro Ativo de contrato são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

8.2 Imobilizado

8.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

8.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

8.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

8.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é

provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

8.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

8.6 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

8.7 Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

8.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

8.8.1 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.8.2 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

8.9 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

8.10 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

8.10.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

8.10.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8.11 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

9 Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos conta movimento	308	6.778
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	13.294	17.353
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	11.963	20.674
	25.565	44.805

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10 Concessionárias e Permissionárias

	31/12/2020	30/12/2019
Vencidos acima de 90 dias	200	407
Vencidos de 61 a 90 dias	11	20
Vencidos até 60 dias	32	46
A vencer	10.741	8.122
	10.984	8.595

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão, no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST), relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária. Além disso, os débitos vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

11 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 14 e 15). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelo agente fiduciário, representante dos debenturistas. A totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Devido ao não atingimento do ICSD em 2019, a Companhia realizou o depósito do Montante de Complementação do ICSD em conta específica, atendendo à determinação da escritura da segunda emissão de debêntures e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e outras avenças. O depósito foi realizado em duas datas, a saber 31/08/2020 e 14/09/2020, conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 24/08/2020. Igualmente, após notificação do BNDES a Companhia procedeu à dobra do montante mantido na Conta Reserva do BNDES, passando de 3 para 6 parcelas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2019	Movimentação	31/12/2020
Complementação ICSD	-	25.073	25.073
Pagamento de Debêntures	818	149	967
Reserva de Debêntures	5.290	(51)	5.239
Reserva BNDES	12.104	12.318	24.422
	<u>18.212</u>	<u>37.489</u>	<u>55.701</u>
		31/12/2020	31/12/2019
Circulante		32.726	818
Não circulante		<u>22.975</u>	<u>17.394</u>
		<u>55.701</u>	<u>18.212</u>

12 Almoxarifado Operacional

	31/12/2019	Movimentação	31/12/2020
Almoxarifado de Manutenção e Operação	717	206	923
Transformação, Fabricação e Reparos de Materiais	5.811	1.455	7.266
	<u>6.528</u>	<u>1.661</u>	<u>8.189</u>

13 Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	1.148.239	-	-	-	1.148.239	-	(143.004)	1.005.235	1.038.572
Edificações e obras civis	15.635	-	-	-	15.635	-	(2.535)	13.100	13.682
Móveis e utensílios	127	-	-	-	127	-	(35)	92	100
Subtotal	1.164.001	-	-	-	1.164.001	-	(145.574)	1.018.427	1.052.354
Administração									
Máquinas e Equipamentos	145	16	(16)	-	145	-	(60)	85	97
Móveis e utensílios	85	-	-	-	85	-	(23)	62	67
Subtotal	230	16	(16)	-	230	-	(83)	147	164
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	219	-	-	-	219	-	-	219	219
A Ratear	-	17	(17)	-	-	-	-	-	-
Material em depósito	620	998	-	-	1.618	998	-	1.618	620
Adiantamentos a Fornecedores	13.909	-	-	-	13.909	-	-	13.909	13.909
Melhorias na linha	24	8	-	-	32	8	-	32	24
Subtotal	14.772	1.023	(17)	-	15.778	1.006	-	15.778	14.772
Administração									
Bens não vinculados à concessão	1.548	4.164	-	-	5.712	4.164	-	5.712	1.548
Instalações - Subcrédito C	-	480	-	-	480	480	-	480	-
Subtotal	1.548	4.644	-	-	6.192	4.644	-	6.192	1.548
Total do Ativo	1.180.551	5.683	(33)	-	1.186.201	5.650	(145.657)	1.040.544	1.068.838

*Guaraciaba Transmissora
de Energia (TP Sul) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020*

	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	1.148.239	-	-	-	1.148.239	-	(109.667)	1.038.572	1.071.907
Edificações e obras civis	15.635	-	-	-	15.635	-	(1.953)	13.682	14.265
Móveis e utensílios	127	-	-	-	127	-	(27)	100	108
Subtotal	1.164.001	-	-	-	1.164.001	-	(111.647)	1.052.354	1.086.280
Administração									
Máquinas e Equipamentos	140	21	(16)	-	145	5	(48)	97	106
Móveis e utensílios	98	-	(13)	-	85	(13)	(18)	67	98
Veículos	177	-	(177)	-	-	-	-	-	116
Subtotal	415	21	(206)	-	230	(8)	(66)	164	320
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	219	-	-	-	219	-	-	219	219
Material em depósito	-	620	-	-	620	620	-	620	-
Adiantamentos a Fornecedores	13.937	-	(28)	-	13.909	(28)	-	13.909	13.937
Melhorias na linha	-	24	-	-	24	24	-	24	-
Subtotal	14.156	644	(28)	-	14.772	616	-	14.772	14.156
Administração									
Bens não vinculados à concessão	-	1.563	(15)	-	1.548	1.548	-	1.548	-
Subtotal	-	1.563	(15)	-	1.548	1.548	-	1.548	-
Total do Ativo	1.178.572	2.228	(249)	-	1.180.551	2.156	(111.713)	1.068.838	1.100.756

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020			2019
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo histórico	1,10%	1.164.001	(145.574)	1.018.427	1.052.354
Administração					
Custo histórico	10%	230	(83)	147	164
Total em serviço		1.164.231	(145.657)	1.018.574	1.052.518
Em Curso					
Transmissão					
Custo histórico		15.778	-	15.778	14.772
Administração					
Custo histórico		6.192	-	6.192	1.548
Total em curso		21.970	-	21.970	16.320
Total Imobilizado		1.186.201	(145.657)	1.040.544	1.068.838

Adições do Imobilizado em Curso - R\$	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gasto s	Total
Bens não vinculados à concessão	4.164	-	-	4.164
Materiais em depósito	998	-	-	998
Melhorias na linha	-	-	8	8
Instalações - Subcrédito C	480	-	-	480
Total das Adições	5.642	-	8	5.650

	Taxa anuais de depreciação (%)
Rede básica	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,83%
Máquinas e equipamentos	2,76%
Móveis e utensílios	6,25%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,24%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14 Intangível

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão							
Servidões	20.657	-	20.657	-	-	20.657	20.657
Subtotal	20.657	-	20.657	-	-	20.657	20.657
Ativo Imobilizado em Curso							
Administração							
Software	133	36	169	36	(14)	155	120
Subtotal	133	36	169	36	(14)	155	120
Total do Ativo intangível	20.790	36	20.826	36	(14)	20.812	20.777

	Valor bruto em 31/12/2018	Adições	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço							
Administração							
Servidões	20.657	-	20.657	-	-	20.657	20.657
Subtotal	20.657	-	20.657	-	-	20.657	20.657
Ativo intangível em curso							
Administração							
Software	18	115	133	115	(13)	120	18
Subtotal	18	115	133	115	(13)	120	18
Total do ativo intangível	20.675	115	20.790	115	(13)	20.777	20.675

15 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	6.214	6.211
China Epri Science & Technology C.	7.419	7.577
Nari Brasil Holding (a)	4.129	140
Tabocas Participações	-	927
Siemens Ltda	-	997
Outros	382	484
	<u>18.144</u>	<u>16.336</u>

(a) Os valores referem-se a fornecimento de equipamentos sobressalentes.

Durante o período de maior incerteza em relação aos possíveis impactos advindos da crise econômica ocasionada pela pandemia de COVID-19. A Companhia adotou medidas de manutenção da liquidez e com este intuito negociou a postergação de faturas para pagamento em 31 de março de 2021.

16 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte	21	25
Contribuição social	18	18
Pis/Cofins/CSLL	12	-
Pis/Pasep	157	122
Cofins	726	562
INSS retido a recolher	67	1
ISS	427	432
	<u>1.428</u>	<u>1.160</u>

17 Empréstimos e financiamentos

Abaixo está o saldo da dívida com o BNDES em 31/12/2020:

	31/12/2019	Juros apropriados	Amortização de Juros	Amortização de principal	31/12/2020
BNDES - Subcrédito A	359.759	24.568	(24.773)	(22.132)	337.422
BNDES - Subcrédito B	15.134	979	(987)	(951)	14.175
	<u>374.893</u>	<u>25.547</u>	<u>(25.760)</u>	<u>(23.083)</u>	<u>351.597</u>
				31/12/2020	31/12/2019
Circulante				25.321	23.136
Não circulante				326.276	351.757
				<u>351.597</u>	<u>374.893</u>

**Guaraciaba Transmissora
de Energia (TP Sul) S.A.**
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020

	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente ?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Curto Prazo	Juros LP	Total			Garantia	ou Juros	% a.a.	Serviço da dívida	Serviço da dívida	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2020
Financ. / Emprést. Moeda Nacional															
BNDES Sub crédito A - Obras civis	24.281	313.141	337.422	Sim	28/09/16	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,42%	15/01/21	MENSAL	15/01/21	15/01/31	MENSAL	Pagamento com debito em conta	337.422
BNDES Sub crédito B - Maquinas e Equipamentos	1.040	13.135	14.175	Sim	28/09/16	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,02%	15/01/21	MENSAL	15/01/21	15/01/31	MENSAL	Pagamento com debito em conta	14.175
Total por Dívida Financ. / Emprést. Moeda Nacional	25.321	326.276	351.597												351.597

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Frequência	Cronograma de Amortização	
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	2020	Total
9	Ativos Financeiros	254	25.311	-	25.565					
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	254	25.311	-	25.565					
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	308	-	308				308	308
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	254	25.003	-	25.257	CDI	98%do CDI	Diário	25.257	25.257

	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
RESUMO	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2020	2019
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	25.321	326.276	351.597	374.893
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	254	25.311	-	25.565	44.805
Dívida Líquida	(254)	10	326.276	326.032	330.089

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito “C”

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
BNDES Subcrédito A	24.281	25.951	27.718	29.605	229.867	337.422
BNDES Subcrédito B	<u>1.040</u>	<u>1.107</u>	<u>1.178</u>	<u>1.254</u>	<u>9.596</u>	<u>14.175</u>
	<u><u>25.321</u></u>	<u><u>27.058</u></u>	<u><u>28.896</u></u>	<u><u>30.859</u></u>	<u><u>239.463</u></u>	<u><u>351.597</u></u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

18 Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings);
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão: 15/07/2018;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;
- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2019	Juros	Juros	Principal	Amortização	31/12/2020
		pagos	pagos	pago	custo de	
					transação	
Debentures	122.127	14.336	(8.930)	(1.256)	-	126.277
Custo de Transação	(2.565)	-	-	-	234	(2.331)
	<u>119.562</u>	<u>14.336</u>	<u>(8.930)</u>	<u>(1.256)</u>	<u>234</u>	<u>123.946</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	3.421	9.966
Passivo não circulante	<u>120.525</u>	<u>109.596</u>
	<u>123.946</u>	<u>119.562</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Debêntures	<u>3.421</u>	<u>6.303</u>	<u>11.696</u>	<u>13.206</u>	<u>89.320</u>	<u>123.946</u>
	<u>3.421</u>	<u>6.303</u>	<u>11.696</u>	<u>13.206</u>	<u>89.320</u>	<u>123.946</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2020 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

**Guaraciaba Transmissora
de Energia (TP Sul) S.A.**
*Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020*

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Vencimento	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Juros LP	Total			Garantia	ou Juros	% a.a.	Final	2021	2021	2022	2023+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional														
DEBÊNTURES	3.421	120.525	123.946	Sim	15/05/16	compatilha com BNDES	IPCA	7,5826%	15/06/29	9.858	9.856	9.856	94.376	123.946
Total por Dívida														
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.421	120.525	123.946							9.858	9.856	9.856	94.376	123.946

19 Provisão para contingências

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	308	454
Cível (a)	5.268	-
Fiscais (b)	-	3.306
	5.576	3.760

- (a) A totalidade dos processos judiciais cíveis classificadas como prováveis se refere a ações movidas pela Companhia contra proprietários de terras para a constituição de servidão necessária para a passagem da linha de transmissão. No ano anterior essa provisão estava classificada no grupo de outros passivos circulantes.
- (b) Referente a redução do montante provisionado, inicialmente a companhia considerou a probabilidade de perda como provável em uma causa fiscal, levando em conta apenas a fase administrativa e a jurisprudência pertinente. Posteriormente, levando-se em conta que, em caso de insucesso na via administrativa, a questão deverá ser levada ao judiciário, e tendo-se em vista que a matéria não possui posição consolidada na jurisprudência judicial (favorável ou desfavorável), nossos advogados entendem que, atualmente, o prognóstico de perda efetiva (considerando a via administrativa e a via judicial) é possível.

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	1.358	-
Cível (c)	6.545	28.673
Ambiental	506	-
Fiscais	3.388	-
	11.797	28.673

- (c) Parte substancial dos valores apresentados em causas cíveis é relacionado a servidão administrativa, para a passagem da Linha de Transmissão, estando as ações garantidas mediante depósito dos valores, em dinheiro, ao juízo.

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

Base cálculo

Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2019		64.393
Imposto de renda	25%	-
Compensação		<u>(467)</u>
Saldo em 31/12/2020		63.926
Base negativa em 31/12/2019		23.182
Contribuição social	9%	-
Compensação		<u>(170)</u>
Saldo em 31/12/2020		23.012
Total em 31/12/2020		<u>86.938</u>
Total de 31/12/2019		<u>87.575</u>

Efeito no resultado

Imposto de renda e csll correntes

Lucro líquido antes dos impostos		67.256	34.134
Adições ao resultado		188.280	212.298
Exclusões ao resultado		(249.218)	(234.691)
Lucro real		<u>6.318</u>	<u>11.741</u>
Imposto de renda corrente	25%	1.580	2.935
Ajuste de adicional		(24)	(24)
Contribuição social corrente	9%	569	1.047
Ajuste Base		<u>(2)</u>	<u>-</u>
Ajustes de exercício anterior		-	3.525
Compensação do benefício fiscal		-	(7.050)
Total imposto de renda e contribuição social correntes		<u>2.122</u>	<u>433</u>

Abaixo está apresentada a movimentação financeira das contas de impostos, considerando os valores pagos via compensação. Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos também consideram as amortizações do prejuízo fiscal e da base negativa, conforme demonstrado:

	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Adições 2019	319	271	590
Compensações 2019	(1.491)	(680)	(2.171)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>(1.756)</u>	<u>(699)</u>	<u>(2.455)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>(2.928)</u>	<u>(1.108)</u>	<u>(4.036)</u>
Adições 2020	1.555	567	2.122
Compensações 2020	(489)	(183)	(672)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>(813)</u>	<u>(287)</u>	<u>(1.100)</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>253</u>	<u>97</u>	<u>350</u>

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a devolução do montante relativo a redução de capital proporcional às composições acionárias, no montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), conforme aprovação na Ata de AGE de 22 de outubro de 2018, devidamente registrada na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	374.254
Copel Geração e Transmissão S.A.	<u>359.578</u>	<u>359.578</u>
	<u>733.832</u>	<u>733.832</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, conforme Ata de AGO de 22 de abril de 2021.

22 Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de Operações com Transmissão de Energia	105.620	96.383
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	
Encargos setoriais	(5.502)	(5.404)
PIS	(1.797)	(1.640)
Cofins	(8.279)	(7.552)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	90.042	81.787

23 Despesa de Operação e Manutenção – O&M

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	(2.369)	(1.683)
Materiais	(35)	(12)
Serviços de terceiros (a)	(4.183)	(13.188)
Arrendamentos e aluguéis	(249)	(130)
Seguros	(478)	(931)
Doações, contribuições e subvenções	(29)	(79)
Provisão para litígios	(412)	(4.988)
Recuperação de despesas	481	475
Total	(7.274)	(20.536)

24 Receitas (despesas) financeiras

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.580	4.413
Variações monetárias ativas	50	120
Juros sobre recebimentos	77	42
Outras receitas financeiras	9	-
Pis sobre receitas financeiras	(11)	(30)
Cofins sobre receitas financeiras	(68)	(182)
	1.637	4.363

Despesas financeiras		
Juros e multas	(7)	(1.028)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(39.883)	(45.150)
Outras despesas financeiras	(630)	(733)
	<u>(40.520)</u>	<u>(46.911)</u>
Total	<u>(38.883)</u>	<u>(42.548)</u>

25 Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes CPC 47	Regulatório	Societário	Ajustes CPC 47	Regulatório
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	25.565	-	25.565	44.805	-	44.805
Contas a receber	10.984	-	10.984	8.595	-	8.595
Impostos a recuperar	785	-	785	291	-	291
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	379	-	379	4.632	-	4.632
Ativo de contrato	79.656	(79.656)	-	76.004	(76.004)	-
Caixa restrito	32.726	-	32.726	818	-	818
Almoxarifado Operacional	8.189	-	8.189	6.528	-	6.528
Outros ativos circulantes	6.779	-	6.779	9.201	-	9.201
Total do ativo circulante	<u>165.063</u>	<u>(79.656)</u>	<u>85.407</u>	<u>150.874</u>	<u>(76.004)</u>	<u>74.870</u>
NÃO CIRCULANTE						
Caixa restrito	22.975	-	22.975	17.394	-	17.394
Ativo de contrato	1.251.357	(1.251.357)	-	1.230.480	(1.230.480)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		86.938	86.938	-	87.575	87.575
Imobilizado líquido	7.822	1.032.722	1.040.544	2.184	1.066.654	1.068.838
Intangível	248	20.564	20.812	210	20.567	20.777
Total do ativo não circulante	<u>1.282.402</u>	<u>(111.133)</u>	<u>1.171.269</u>	<u>1.250.268</u>	<u>(55.684)</u>	<u>1.194.584</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.447.465</u>	<u>(190.789)</u>	<u>1.256.676</u>	<u>1.401.142</u>	<u>(131.688)</u>	<u>1.269.454</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	18.144	-	18.144	16.336	-	16.336
Imposto de renda e contribuição social a recolher	350	-	350	-	-	-

**Guaraciaba Transmissora
de Energia (TP Sul) S.A.**
*Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020*

Impostos e contribuições sociais	1.428	-	1.428	1.160	-	1.160
Empréstimos e financiamentos	25.321	-	25.321	23.136	-	23.136
Debêntures	3.421	-	3.421	9.966	-	9.966
Salários e encargos	665	-	665	451	-	451
Dividendos a pagar	29.808	-	29.808	33.005	-	33.005
Encargos setoriais	1.600	-	1.600	1.725	-	1.725
Outros passivos circulantes	2.124	-	2.124	1.792	-	1.792
Total do passivo circulante	82.861	-	82.861	87.571	-	87.571
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	326.276	-	326.276	351.757	-	351.757
Debêntures	120.525	-	120.525	109.596	-	109.596
Outros passivos	-	-	-	5.198	-	5.198
Passivo contingente	5.576	-	5.576	3.760	-	3.760
Imposto de renda e contribuição diferidos	54.306	(54.306)	-	32.146	(32.146)	-
Total do passivo não circulante	506.683	(54.306)	452.377	502.457	(32.146)	470.311
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	733.832	-	733.832	733.832	-	733.832
Reserva legal	9.547	-	9.547	7.366	-	7.366
Reserva de retenção de lucros	114.542	(114.542)	-	69.916	(69.916)	-
Lucro / Prejuízos acumulados	-	(21.941)	(21.941)	-	(29.626)	(29.626)
Total do patrimônio líquido	857.921	(136.483)	721.438	811.114	(99.542)	711.572
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.447.465	(190.789)	1.256.676	1.401.142	(131.688)	1.269.454

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes CPC 47	Regulatório	Societário	Ajustes CPC 47	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Receita de Operações com Transmissão de Energia	76.004	29.616	105.620	72.794	23.589	96.383
Receita de construção	8	(8)	-	24	(24)	-
Rendimentos sobre ativo de concessão	98.441	(98.441)	-	96.625	(96.625)	-
Receita de O&M	31.700	(31.700)	-	23.589	(23.589)	-
Amortização do Ativo de contrato	(76.004)	76.004	-	(72.794)	72.794	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA						
Encargos setoriais	(5.502)	-	(5.502)	(5.404)	-	(5.404)
PIS	(1.797)	-	(1.797)	(1.640)	-	(1.640)
Cofins	(8.279)	-	(8.279)	(7.552)	-	(7.552)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	114.571	(24.529)	90.042	105.642	(23.855)	81.787
Custo de construção	(8)	8	-	-	-	-
Despesas de operação e manutenção - O&M	(7.274)	-	(7.274)	(3.652)	-	(3.652)

**Guaraciaba Transmissora
de Energia (TP Sul) S.A.**
*Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020*

Gastos operacionais			-	(16.884)	-	(16.884)
Lucro bruto	107.289	(24.521)	82.768	85.106	(23.855)	61.251
DESPESAS OPERACIONAIS						
Pessoal	(3.546)	-	(3.546)	(3.240)	-	(3.240)
Materiais			-			-
Serviços de terceiros	(1.468)	-	(1.468)	(4.844)	-	(4.844)
Reversão de contingências	3.306	-	3.306			-
Depreciação	-	(33.946)	(33.946)		(33.909)	(33.909)
Outros	558	2	560	(340)	(177)	(517)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	106.139	(58.465)	47.674	76.682	(57.941)	18.741
RECEITAS FINANCEIRAS	1.637	-	1.637	4.363	-	4.363
DESPESAS FINANCEIRAS	(40.520)	-	(40.520)	(46.911)	-	(46.911)
Despesas financeiras líquidas	(38.883)	-	(38.883)	(42.548)	-	(42.548)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67.256	(58.465)	8.791	34.134	(57.941)	(23.807)
Imposto de renda e contribuição social corrente						
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(23.646)	21.524	(2.122)	10.574	3.320	13.894
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	43.610	(36.941)	6.669	44.708	(54.621)	(9.913)

25.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos..

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

25.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

25.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

25.4 Remuneração do ativo de contrato (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

25.5 Impostos diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

25.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos societários	857.921	811.114
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(1.331.013)	(1.306.484)
Impostos diferidos ativos	86.938	87.575
Imobilizado	1.032.722	1.066.654
Intangível	20.564	20.567
Impostos diferidos passivos	54.306	32.146
Saldos no fim do exercício	<u>721.438</u>	<u>711.572</u>

25.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido societário	43.610	44.708
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita de operações com transmissão de energia	29.616	23.589
Receita de construção	(8)	(24)
Remuneração do ativo financeiro	(98.441)	(96.625)
Receita de operação e manutenção	44.304	49.205
Custo de construção	8	-
Depreciação	(33.946)	(33.909)

Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.524	3.320
Outros	2	(177)
Lucro líquido (prejuízo) regulatório	6.669	(9.913)

26 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	25.565	44.805
Conta a receber	10.984	8.595
Caixa restrito	55.701	18.212
	92.250	71.612

Caixa e equivalentes de caixa

Representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.

Contas a receber

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem

das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.

Caixa restrito

Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras CDB-DI	25.257	38.026

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade,

considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses são de queda de 80 pontos-base, não trazendo alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

Espera-se que o IPCA seja impactado pela desaceleração econômica, refletindo-se na projeção de redução acentuada no segundo e terceiro trimestre de 2020. Essa redução irá impactar o acumulado no ano que projeta-se será até 50% inferior ao acumulado de 2019, diferença de 270 pontos-base. Desta forma, eventual impacto teria efeito redutor na despesa financeira, uma vez que as debêntures tem sua remuneração atrelada a esse índice.

Dessa forma, a companhia não considera possível o aumento da TJLP ou do IPCA no exercício de 2020 que venha a causar impacto materialmente relevante nas contas de passivo.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

26.1 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/04/2020	11/04/2021	R\$ 20.000	1001000001150
Riscos Operacionais	12/04/2020	12/04/2022	R\$ 150.000	1009600000285
Responsabilidade Civil	27/12/2020	12/04/2021	R\$ 10.000	5100001025

A Garantia de Fiel Cumprimento fornecida no âmbito do contrato de concessão foi baixada mediante anuência da ANEEL em 30/04/2020.

28 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2020 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 814 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2019).

b. Saldo em aberto com Partes Relacionadas

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2020	31/12/2019
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	6.214	6.211
Total			6.214	6.211

Dividendos a pagar

Copel Geração e Transmissão S.A.	Dividendos	Dividendos	14.606	16.172
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	15.202	16.833
Total			29.808	33.005

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2020	31/12/2019
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding – Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	324	313
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	1.066	9.034
Total			1.390	9.347

29 Evento Subsequente

Em 09 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693 que autoriza a Companhia a implantar reforços em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo com prazo de construção de até 30 meses. A companhia espera iniciar o investimento no segundo semestre de 2021.